

ADERLAINE PATRÍCIA DE SOUZA

**ARTES, OFÍCIOS E ESCRAVIDÃO
VILA RICA E MARIANA NO SÉCULO XVIII**

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Mariana, 2003.

ADERLAINE PATRÍCIA DE SOUZA

ARTES, OFÍCIOS E ESCRAVIDÃO
VILA RICA E MARIANA NO SÉCULO XVIII

Monografia apresentada ao Curso de
História da Universidade Federal de Ouro
Preto como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientadora: Edna Mara Ferreira Silva

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Manana, 2003.

Dedico a meus pais e ao Prof.
Carlos Alberto Pereira

AGRADECIMENTO

Agradeço a Profª Edna pela orientação, confiança e interesse demonstrados, e aos demais professores do Departamento de História, em especial a Profª Andréa Lisly e o Prof Renato Venâncio pelas aulas instigantes que me proporcionaram a aquisição de conhecimentos fundamentais à elaboração deste trabalho. Agradeço de maneira especial ao Prof. Carlos Alberto Pereira, do Departamento de Minas, pelo apoio, amizade e colaboração.

RESUMO

Monografia de Bacharelado em História Social que analisa as relações escravistas inerentes ao ambiente urbano mineiro no século XVIII através da inserção e do papel da mão-de-obra escrava nas artes e ofícios mecânicos. Diante de um quadro econômico diversificado em Minas Gerais, as artes e ofícios configuram como uma possível alternativa à alocação de escravos no mercado de trabalho face ao déficit no setor minerador. Por obter um valor mais elevado no mercado, a especialização do escravo era uma boa opção de investimento para seus senhores, ao mesmo tempo em que abria melhores oportunidades ao cativo para a conquista de sua liberdade.

ABSTRACT

This is a Baccalaureate Final Paper in Social History which analyzes the slaves relations inherent the environment urbane mineiro into the century XVIII, through the work slave insertion and their meaning for the mechanical arts and crafts. In front of the diversified economic view in Minas Gerais the arts and crafts configure as a possible alternative to the allocation of slaves in the work market face to the déficit in the mining's sector. For getting a higher value in the market, the improvement of the slave work through the specialization was a good option of investment for their gentlemen, at the same time that these facts opened to the “captives” best chances for them conquered their freedom.

Sumário

Lista de tabelas	07
1.Introdução	08
2.A Escravidão no Brasil: Perspectiva Historiográfica	10
3.Artes e Ofícios na Metrópole e na Colônia	18
3.1. Corporações e Bandeiras Portuguesas	18
3.2.A Estruturação dos Ofícios na Colônia	23
4. Vila Rica e Manana no século XVIII	26
4.1 . As Artes e Ofícios no Contexto Escravista Minerador	26
4.2. A Camada Artesã Livre	33
5. Artes, Ofícios e Escravidão	37
5.1.A População Escrava das Minas no séculoXVIII	37
5.2.A Mão de Obra Especializada	40
5.3.A Relação entre Senhores e seus Escravos	44
5.4.Alforrias e Coartações	47
6.Conclusão	49
7.Anexo 1: Lista de Escravos Arrolados em Testamentos e Inventários de Oficiais Mecânicos em Vila Rica è Mariana { 1740 - 1810)	51
8.Bibliografia	53
8.1. Livros citados e/ou consultados	53
8.2. Artigos citados e/ou consultados	56
8.3. Dicionários	57
8.4. Fontes Primárias	57

Lista de Tabelas

Tabela 1 : População escrava em Minas, Vila Rica e Marinana - séc.XVIII	37
Tabela 2 : População em Minas Gerais - séc.XVIII	38
Tabela 3 : Preço Médio de escravos oficiais nas Minas setecentistas	42
Tabela 4: Relação do ofício de senhores e seus escravos	45
Tabela 5: Alforrias e Coartações de escravos artesãos	48

1 - Introdução

"E as mãos se concertam e constróem. Umas negras trabalhando a terra e dessangrando-a. Outras, mulatas, de relho em punho, rumando esse labor. Outras, brancas, recebendo ouro, contando, pesando, ensacando. E há mãos que oferecem artigos. E há mãos que compram. E há mãos que produzem, e há mãos que só transferem. E mãos que criam. E mãos que guardam. E mãos que constróem santo. E mãos que pintam quadro. E mãos que beliscam mulheres. E mãos que seguram mãos. E mãos que fazem carinho. E mãos que panejam. E mãos que cerram olhos. E mãos que cobrem de cal".

(Orlandino Seitas Fernandes - O despertar da terra. In SCHEÍER. Peter. *Imagens do passado de Minas Gerais*. São Paulo: Kosmos. 1968. p. 15)*.

A corrida pelo ouro acarretou um rápido e intenso povoamento que logo produziu no território mineiro um relevante grau de urbanização. Em meio às pessoas ligadas à exploração, conviviam também pessoas ligadas ao comércio, à agricultura, às artes, aos ofícios, enfim, a diferentes setores que fizeram da região, no século XVIII, um pólo movimentado e dinâmico.

Um dos efeitos provocado pela diversificação econômica desenvolvida na Capitania desde as primeiras décadas do século XVIII foi a formação de uma ampla base social das camadas proprietárias de cativos que resultou no emprego da mão-de-obra escrava em variados setores ocupacionais, dentre eles, o das artes e, principalmente dos ofícios mecânicos.

O exercício das artes e ofícios em Minas Gerais não foi uma especialidade apenas de brancos e livres, como o foi na Metrópole. O regime fechado e excludente das Corporações de Ofícios prevalecentes em Portugal em face de um contexto fortemente escravista e de relevante mestiçagem não surgiu efeito, implicando no emprego de

* Cf. Jaelson Bitran Trindade. "Arte Colonial: Corporação e escravidão". In: ARAÚJO. Emanuel (org.). *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988. p. 119.

homens de origem negra não só na experimentação como também no exercício e no aperfeiçoamento destes ofícios. Assim, à hierarquia dos mestres, oficiais e aprendizes das corporações portuguesas se misturaram as categorias de homens livres, escravos, libertos; e de brancos, negros e mestiços.

Os estudos realizados sobre as artes e ofícios em Minas, além de serem em número reduzido, são direcionados à análise da mão-de-obra livre ou liberta. A inserção da mão-de-obra escrava nestas atividades, e as relações sócio-econômicas que surgem a partir do enquadramento deste segmento populacional nestes setores ainda não foram exploradas em todo o seu potencial.

Assim, no intuito de contribuir para o estudo das relações escravistas desenvolvidas em Minas Gerais no setecentos e tentar desvendar um pouco do universo que permeia a inserção e o papel do cativo na produção artesanal e dos ofícios mecânicos é que este trabalho foi empreendido.

A extensão espacial e temporal da pesquisa foi definida respeitando-se os limites que possibilitaram uma melhor compreensão do assunto abordado. Para tanto, o espaço delimitado foram os termos de Vila Rica e Mariana, dois principais núcleos urbanos mineiros no século XVIII; e o período proposto corresponde à quarta década do referido século e se estende à primeira década do século seguinte, épocas de desenvolvimento e consolidação do processo de urbanização de tais núcleos.

Embora no século XVIII. a conceituação entre artífices, artesãos e oficiais não seja claramente delimitada, estes termos serão usados de acordo com as definições encontradas em Moraes*.

* **Artesão:** Oficial de qualquer ofício. **Artífice:** o homem ou mulher que sabe e professa alguma arte. que faz alguma coisa com artifício, estudo. **Oficial:** homem ou mulher, que faz algum ofício manual e mecânico. In: SILVA, Antônio Moraes e. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typografia Lacérdina. 1813.

2 - A ESCRAVIDÃO NO BRASIL: PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

Este primeiro capítulo aborda uma discussão acerca do escravismo colonial e de um de seus aspectos: a escravidão urbana. Para tanto, inicia-se com um panorama geral e, a princípio, linear da historiografia brasileira referente à escravidão africana no Brasil, cujos estudos e suposições deram origem a outros tipos de abordagens e proposições sobre o tema.

Constituindo-se em um dos pilares formadores do sistema econômico e social brasileiro durante mais de três séculos, que envolveram os períodos colonial e imperial, a escravidão africana é um tema bastante discutido no âmbito da Historiografia Brasileira.

No início do século XX, entre as décadas de 20 e 30, a produção historiográfica nacional voltou-se para uma interpretação sociológica da História do Brasil, fazendo emergir a discussão da instituição dentro do quadro social e econômico da nação.

Essa nova interpretação elegeu como principal foco a classe senhorial, tendo na figura de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre os principais representantes. A interpretação do primeiro autor acerca da escravidão no Brasil fazia prevalecer a antiga e negativa visão de seus predecessores, enfatizando o quanto

*“é revoltoso e confuso o caos étnico, donde vai sair o nosso tipo antropológico e racial.(...), sendo, (...) porém, os tipos africanos os que vão trazer a esse caos o contingente maior de confusão e discordância”.*¹

¹ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

Oliveira Vianna acreditava na superioridade da raça branca sobre a indígena e a negra e apontava como solução para o caos étnico a progressiva *arianização* da população brasileira.

Realizando uma *reversão ideológica* na interpretação da questão africana no Brasil, Gilberto Freyre se consagrou, na década de 30, com o clássico *Casa Grande e Senzala*² que atribui um caráter patriarcal à escravidão luso-brasileira _ onde estão diluídos os antagonismos entre senhor e escravo e uma feição de democracia racial à nossa sociedade, sendo possível ao negro a ascensão social. Reproduzindo o discurso que os proprietários de escravos faziam sobre o sistema, a obra, ao mesmo tempo em que ganhou muitos adeptos entre historiadores, antropólogos e sociólogos, foi, e continua sendo, alvo de críticas³ e refutações. Entretanto, mesmos os seus críticos reconhecem a validade e utilidade da obra, apontando como um dos seus méritos o estudo das raízes africanas na cultura brasileira .

Refutando a idéia da democracia racial, na década de 60, pesquisadores da escola paulista⁵ _ dentre eles, Florestan Fernandes e Roger Bastide⁶ _, em estudos

² FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 4th ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

³ Uma das críticas feitas a Gilberto Freyre, empreendida pelos formuladores do modo de produção escravista colonial, é o fato de sua análise ter sido realizada tendo como enfoque os escravos improdutivos, ou seja, os domésticos, desconsiderando, assim, a escravidão brasileira dentro dos moldes econômicos que a objetivava e caracterizava. Vide: CARDOSO, Ciro F. S. "Modo de produção escravista colonial na América". In Santiago, Théo (org.), *América Colonial*. 2^a ed. São Paulo: ícone. 1988. cit. 53. p. 125; GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

⁴ GORENDER, Jacob. *Op. cit.* p. 90.

⁵ Referência de alguns revisionistas In: SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1988; COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo. 1952; AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor. Um estudo da ascensão social*. São Paulo. 1955.

regionalizados, corroboraram a ideia de que a discriminação e o preconceito de cor sempre estiveram presentes em nossa sociedade e que, se no passado, eles serviram para "*justificar o trabalho servil do africano*", no presente terão como função "*justificar uma sociedade de classes*"⁷. Para os autores, o branco, embora não tivesse impedido, formal e legalmente, a ascensão do negro na sociedade brasileira, a sua omissão redundou na perpetuação do *status quo* vigente.

Dentro dos moldes interpretativos da escravidão brasileira, de uma primeira abordagem patriarcal passou-se a uma visão capitalista, direcionando a discussão para o campo da História econômica. Autores como Celso Furtado⁹ e Fernando Novais¹⁰, seguindo a linha analítica iniciada por Caio Prado Júnior⁸ na década de 40, continuaram priorizando a discussão sobre as relações de mercado, na qual o comércio externo seria a explicação para o sentido da colonização e estruturação da sociedade e economia coloniais brasileiras. Assim, as discussões voltadas à escravidão se fizeram à luz de fatores externos e desvinculados de sua própria lógica interna.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro. 1957; CARDOSO. Fernando Henrique e IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade em Florianópolis*. São Paulo. 1960; CARDOSO. Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional; o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo. 1962; IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, 1962; FERNANDES. Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2vols. São Paulo, 1964; AZEVEDO. Thales de. *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro. 1966.

⁶ FERNANDES. Florestan e BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Editora Nacional. 1955.

⁷ Idem, p. 13

⁸ JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15ª ed. São Paulo. Brasiliense. 1977.

⁹ FURTADO. Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo; Editora Nacional. 1977.

¹⁰ NOVAIS. Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: CEBRAP, 1974.

Nos anos 70, refutando a linha analítica iniciada por Caio Prado e partindo para a defesa de uma lógica interna própria da economia e estruturação de nossa sociedade. Ciro Cardoso¹¹ e, posteriormente, Jacob Gorender¹² levantaram nova discussão acerca da escravidão no Brasil com a formulação do modo de produção escravista colonial. A análise priorizou a escravidão como relação de produção básica da formação social.

Na década de 80, dedicando-se a um amplo estudo que coloca o negro como figura central da discussão, Kátia Mattoso através da obra *Ser escravo no Brasil*¹³ publicada em fins dos anos 70 na França e traduzida para o português no início da década de 80 marca um novo período dentro dos estudos empreendidos sobre a escravidão negra no Brasil. A autora insere também no estudo a abordagem de um outro aspecto do escravismo colonial ainda pouco discutido no âmbito de nossa historiografia: a escravidão urbana.

A discussão que se apresenta em relação ao estudo da escravidão que figurou no ambiente urbano diz respeito à sua natureza e ao seu significado frente a um sistema caracterizado basicamente pela produção agrícola voltada à exportação. A questão que se coloca é se este ambiente teria propiciado o surgimento de relações mais amenas e

¹¹ SANTIAGO. Théo (org.). *Op. cit.*

¹² GORENDER. Jacob. *O escravismo colonial*. 5ª ed. São Paulo: Ática. 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*- São Paulo: Brasiliense. 1982.

humanas do que as desenvolvidas no meio rural, e uma ampla possibilidade ao escravo de conseguir sua liberdade.

Fazendo um aprofundamento da questão, Leila Mezan¹⁴, no estudo empreendido sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, procura mostrar que a peculiaridade que envolve tal forma de escravismo em relação às características típicas do escravismo rural não denota em negação ou descaracterização do sistema colonial escravista e conclui que o ambiente urbano, embora tivesse permitido uma certa fluidez de movimentos ao negro, não se caracteriza por ter lhe propiciado melhores condições de vida em relação ao escravo do meio rural ou uma ampla possibilidade de conquista da manumissão¹⁵.

Seguindo basicamente a mesma linha de interpretação, tem-se o estudo de Marilene Nogueira¹⁶ sobre as relações econômicas e sociais criadas a partir do sistema de ganho no Rio de Janeiro em meados do século XIX. Caracteristicamente exclusivo

A discussão que se apresenta em relação ao estudo da escravidão que figurou no ambiente urbano diz respeito à sua natureza e ao seu significado frente a um sistema caracterizado basicamente pela produção agrícola voltada à exportação. A questão que se coloca é se este ambiente teria propiciado o surgimento de relações mais amenas e à escravidão urbana, este sistema no qual o escravo alugava seus serviços pelas ruas com a obrigação de entregar ao senhor uma renda diária ou semanal previamente fixada.

¹⁴ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente; estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis: Vozes. 1988.

¹⁵ Idem. p.203.

¹⁶ SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec. 1988.

permanecendo com o excedente, foi muito utilizado no Rio de Janeiro no oitocentos. A autora conclui que o sistema de ganho não favoreceu uma reação de contestação ativa e coletiva dos escravos frente ao sistema escravista, porque *"gerava concorrência, trabalho e receio de perda das vantagens relativas adquiridas"*¹⁷ e ainda que ele *"propiciou elementos de transição para o capitalismo, favorecendo o surgimento de uma mão-de-obra treinada, de uma classe de proprietários de renda média e de formas intermediárias de 'salário'"*¹⁸.

O estudo da escravidão inerente aos núcleos urbanos que se formaram em redor da exploração aurífera revela um quadro, por vezes, peculiar ou divergente às proposições apresentadas.

No tocante à escravidão dos núcleos urbanos mineiros, certamente o cativo gozou de uma melhor mobilidade espacial em relação aos seus similares das plantations; mas essa fluidez de movimentos não significa que ele tenha usufruído de uma ampla liberdade ou de melhores condições de vida; isso deve ser relativizado mesmo após a conquista da liberdade do cativo. Na visão de Francisco Vidal Lima e Iraci del Nero da Costa em *uma sociedade dividida em dois grandes segmentos senhores e escravos o mais significativo indicador de mobilidade vertical consubstancia-se na possibilidade de manumissão*¹⁹.

Para Laura de Mello, ao examinar os *protagonistas da miséria*²⁰ ficou claro que o forro recém-egresso do cativo contribuía para engrossar as fileiras dos desclassificados sociais, impondo, com isso, restrições ao argumento da ampla mobilidade social vivenciada pela “gente de cor” na sociedade mineira setecentista.

O ambiente urbano mineiro do século XVIII, ao contrario do observado por Leila Mezan no Rio de Janeiro, propiciou ao escravo uma possibilidade de conquistar

¹⁷ Idem, p. 23.

¹⁸ Ibidem. p. 158.

¹⁹ LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE. 1982, p. 31.

²⁰ SOUZA, Laura de Mello e. “Os protagonistas da miséria”. In: *Desclassificados do ouro; a pobreza mineira no século XVIII*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 141

sua manumissão. A elevada taxa de manumissões circunscritas à Capitania fizeram de Minas Gerais uma região singular na história da escravidão brasileira, fator este que contribuiu, juntamente com a forte miscigenação da população, para alimentar as suposições sobre a feição democrática desta sociedade²¹ e para revitalizar o debate sobre a democracia racial e a leniência da escravidão, associadas principalmente ao ambiente urbano.

A prática de alforrias nas Gerais foi, em fins dos anos 60 e no decorrer dos 70, relacionada à crise da exploração aurífera iniciada a partir da década de 40 do século XVIII. Para autores como Sérgio Buarque de Holanda²² e Wilson Cano²³, o número de alforrias deveu-se à concessão de senhores que, *"com a decadência das atividades mineradoras, passaram a ler nos gastos com a reprodução da força de trabalho um encargo pesado demais"*²⁴.

Na década de 90, Eduardo França, numa visão diferente da que imperou nos anos 70, associa o crescimento quantitativo das manumissões *"às possibilidades colocadas pela diversificação econômica, sobretudo em áreas urbanas"*²⁵, constituindo este um dos motivos do costume generalizado das coartações. Entretanto, sem desprezar o fato das dificuldades econômicas na política das manumissões, o autor acrescenta que para tanto *"concorriam as mais variadas situações, desde dificuldades financeiras enfrentadas pelos senhores até a gratidão sincera pela fidelidade e pelos bons serviços prestados pelo escravo"*²⁶.

Por mais elevados que fossem os índices de manumissões ocorridas na Capitania mineira do século XVIII, o fato é que isso não implicou na eliminação de uma

²¹ LIBBY, Douglas Cole. In: PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2000. p. 12.

²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Metais e pedras preciosas". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1973. Vol II, t. 1.

²³ CANO, Wilson. "Economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII)". São Paulo. *Contexto*, nº 3. 1977.

²⁴ CANO, Wilson. In: SOUZA, Laura de Mello e. *Op. Cit.* p. 29.

²⁵ PAIVA, Eduardo França. *Op. Cit.* p. 20. Idem. p. 84.

contestação ativa, seja individual ou coletiva. dos cativos frente ao sistema, conforme constatou Marilene Rosa para a região fluminense do século XIX. aludindo que algumas “vantagens” adquiridas pelo negro de ganho tenham servido para abafar sua reação de contestação²⁷.

Considerada uma sociedade de supostas feições democráticas, com grandes oportunidades de ascensão social aos escravos e libertos, a Capitania revelaria um paradoxo ao se destacar como a região onde figurou o maior número de quilombos do Brasil colônia²⁸. O que se verifica nas Minas Gerais do século XVIII e XIX, entretanto, é um conturbado sistema escravista, onde concorrem fatores como manumissão, fuga, e formação de quilombos para aliviar as contradições do sistema.

Enfim, estas são as principais considerações referentes aos estudos sócio-econômicos vinculados ao sistema escravista do núcleo urbano mineiro setecentista. As discussões e possíveis relações entre diversificação econômica, política de manumissões e resistência {ativa ou não} formam uma realidade complexa que, pouco a pouco, vão sendo desvendadas por pesquisadores da historiografia mineira. É sob esse pano de fundo que serão desenvolvidas as análises presentes no decorrer deste trabalho.

²⁷ NOGUEIRA, Marilene Rosa. *Op, Cit.* p. 23.

²⁸ GONÇALVES, Andréa Lisly. “Algumas perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX”. *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: UFOP, 1988. p. 17.

3- ARTES E OFÍCIOS NA METRÓPOLE E NA COLÔNIA

3.1- Corporações e Bandeiras Portuguesas

O estudo das relações corporativas que envolvem as artes e ofícios na Metrópole portuguesa permite traçar algumas diretrizes para a compreensão da organização que permeia tais atividades na América portuguesa. Embora a rígida estrutura a que estava condicionada a sociedade lusitana de Antigo Regime tenha delineado os quadros dessas relações artesanais, perfazendo alguns contrastes frente à organização em terras brasileiras, não se pode desprezar sua importância como predecessora e modeladora de alguns quesitos referentes à organização destas atividades no Brasil colonial.

Os séculos XIV ao XVIII marcam a formação e desenvolvimento das corporações artesanais em Portugal. Antes dos quatrocentos já existiam as associações de trabalhadores artesãos e essa primeira forma de associação tinha como função apenas a solidariedade assistencial, com a formação de confrarias para a instituição de hospitais destinados a albergar os mestrais idosos e doentes.²⁹ Durante muito tempo esses profissionais manuais formaram uma classe, sem, contudo, possuir uma organização que lhes permitisse exercer uma melhor atuação política e profissional frente ao órgão representativo do poder local, ou seja, as Câmaras municipais.

Em fins do século XV, as corporações de ofício passam a ir além da ajuda assistencial e começam a inserir em sua função a discussão de interesses profissionais

²⁹ CAETANO, Marcello. “A história da organização dos mesteres na cidade de Lisboa”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1978. vol. 318. jan-mar.

, como a fiscalização e regulamentação do trabalho. Assim, é instituído, em cada uma, um regimento que ditava as normas que permeavam a produção, o trabalho e o recrutamento de mão-de-obra para as atividades artesanais.

Antônio Moraes afirma que o surgimento dos regimentos nas associações marca o início da estruturação dos mesteres portugueses. Todavia, o ponto de partida da organização dos mesterais em Portugal se fixa com a instituição, em Lisboa, da *Casa dos Vinte e Quatro*, um grupo formado por dois representantes de cada ofício que tinha como função defender o direito dos artesãos junto à administração municipal.

Para Vitor Serrão, criada por D. João I em 1383, a Casa dos Vinte e Quatro teria conseguido

*"assumir-se em breve tempo com uma importância social e até mesmo política (...), introduzindo notórios melhoramentos nas condições de trabalho e subsistência da classe assalariada mecânica, até a revolução burguesa de 1383-1385 considerada sempre o mais ínfimo estrato da sociedade urbana, quase nivelado ao servo da gleba ou servo do ofício"*³¹.

Segundo Vitorino Magalhães Godinho³², os artífices ocupavam, dentro da sociedade portuguesa de Antigo Regime, uma posição intermediária entre o lavrador, que ocupava o mais ínfimo nível da escala social e os cidadãos __ os chamados *homens bons* __ sendo, portanto, considerados *pessoas baixas e vis* por exercerem o trabalho manual. Portanto, a formação da corporação e a instituição da Casa dos Vinte e Quatro foi um grande passo na luta dos artífices pela inserção social e pela representatividade política na sociedade portuguesa.

³⁰ SILVA, Antônio Moraes e. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813. vol. 2, p. 281.

³¹ SERRÃO, Vitor. Cf. BONNET, Maria Cristina Leão. *Pintores e entalhadores no Rio de Janeiro setecentista*. Ouro Preto: Instituto de Arte e Cultura, 1995. p. 49.

³² GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Arcádia. 1980.

Entretanto, o jurista e historiador Marcello Caetano discorda de Vitor Serrão quanto a criação da Casa dos Vinte e Quatro. Segundo ele esse grupo de representantes embora já existente em **fins** do século XIV, só teria se constituído formalmente enquanto uma instituição no século XVI, época em que ganhou a denominação pelo fato dos vinte e quatro mesterais se reunirem num edifício em Lisboa, passando, a sede, a emprestar o nome à instituição. Para Caetano a fixação do número 24 não presume o fato de que fossem 12 os ofícios representados. A escolha corresponderia à existência de entidades análogas nas cidades européias, como os “*vinte e quatro **aldermen** em Londres no começo do século XIV, **veinticuatro** em muitas cidades da Andaluzia e de Castela, até em França casos numerosos de vinte e quatro **échevins**”³³ .*

Para a representação dos mesterais nas reuniões da Câmara eram eleitos quatro procuradores e um presidente que, nos finais do século XV, passa a ser conhecido como *juiz dos vinte e quatro* e, no século XVII, *por juiz do povo*.³⁴ Tais representantes ocupavam o cargo máximo na organização política dos ofícios mecânicos. Internamente, a estrutura das corporações estava fixada numa escala hierárquica composta por aprendizes, oficiais e mestres. Os aprendizes eram admitidos, em geral, com a idade de 11 a 18 anos e o período de aprendizagem podia variar de 2 a 7 anos. Ao final deste período, estava apto a alcançar a posição de oficial. Após 6 anos nessa condição,, poderia requerer exame e obter o título de Mestre, sendo-lhe permitido, então abrir sua própria oficina.³⁵

³³ CAETANO, Marcello. *Op. cit.* P. 89. O grifo é meu.

³⁴ Idem. P. 288-9.

³⁵ BONNET, Maria Cristina Leão. *Op. cit.*

No plano social e religioso as corporações, faziam-se representar nas procissões, principalmente numa das mais importantes dentro da sociedade portuguesa: a Procissão de *Corpus Christi*. Para tanto, cada profissão providenciava uma insígnia, que nada mais era do que uma bandeira, na qual vinha representado o orago do ofício. Principia, a partir daí a formação das bandeiras de ofício; que, a princípio, se definem como simples insígnia profissional, e que, no século XVIII, se convertem em uma instituição. Assim, “no século XVIII cada bandeira designa um ofício ou grupo de ofícios e dela tem cargo e implica regimento próprio e mesa administrativa do respectivo patrimônio e dos correspondentes encargos”³⁶. Entretanto, não se deve confundir bandeira com irmandade, pois “se nalguns casos a bandeira se confunde com uma irmandade, noutros a organização própria da bandeira nada tem que ver com as irmandades dos ofícios nela incorporados”³⁷. Nem todos os ofícios eram embandeirados; a confecção da bandeira tinha um custo muito oneroso e, por isso, muitas profissões não a possuíam. Este fato passou a ser causa de diferenciação social entre as próprias corporações.

A luta dos mesterais por prestígios e privilégios não se deu, entretanto, somente no âmbito das relações corporativas. Na esfera sócio-política, tiveram que empreender uma luta para conquistar e permanecer com o privilégio de participar do poder que era restrito à oligarquia governativa. Segundo Antônio Moraes,

³⁶ CAETANO, Marcello. *Op. cit.* p. 298.

³⁷ *Idem.* p. 299.

*"assim como sua ascensão resultara, em parte, das consequências da crise econômica do século XIV, assim também o superar dessa crise, na segunda metade da centúria imediata, veio contribuir para o seu declínio"*³⁸.

Durante todo o século XV, os representantes do poder municipal tentaram expulsá-los das reuniões camarárias; com isso, ao longo dos séculos, seus poderes e influência foram sendo minados, gradativamente, nas cidades portuguesas; exceto no caso lisboeta, onde sua *"importância numérica e económica (...) impunha sua presença acima dos interesses dos mercadores e dos proprietários"*³⁹.

³⁸ SILVA. Antônio Moraes e. *Op. cit.* p. 282.

³⁹ Idem

3.2 - A estruturação dos ofícios no Brasil

Na América portuguesa, a organização e estruturação dos ofícios mecânicos em corporações não acompanharam, fielmente, a forma de organização prevalecente na Metrópole.

Uma pequena tentativa surgiu no princípio da colonização, por volta de meados do século XVII, na cidade de Salvador. Segundo Maria Helena Flexor, os vereadores de Salvador, numa sessão da Câmara em 1641, decidiram que *"em nome deste povo convinha se fizesse mestres nele como era costume nas Cidades e Vilas notáveis de Portugal"*⁴⁰. Resolveu-se também que *"o numero de Mestres fosse doze he que os doze elegessem um Juiz do Povo e um Escrivão para que todos juntos fizesse como nas mais Cidades de Portugal e Vilas notáveis se costuma em Proveito dos povos he República"*⁴¹.

Uma das primeiras deliberações após tal decisão foi a solicitação de um local onde os mesteres pudessem se reunir, à semelhança da Casa dos Vinte e Quatro lisboeta. Como em Portugal, também, o poder de deliberação dos mesteres junto à Câmara acabou por gerar determinada hostilidade; os vereadores se sentiram ameaçados em suas funções e poder. Dessa forma, estes últimos procuraram cercear a ação dos representantes corporativos nas questões administrativas. Já em 1643, um requerimento da Câmara ao Ouvidor estabelece aos mesteres e Juizes do povo que discutam e votem nas sessões camarárias apenas assuntos ligados aos interesses da classe. Em 1710, os juizes perdem o direito de voto, podendo apenas requerer, junto à vereação

⁴⁰ Ruy, Affonso. In: FLEXOR, Maria Helena M. C). *Oficiais mecânicos na cidade de Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal. 1974. p. 9.

⁴¹ Idem, p. 10.

*"aquillo que entendessem hera útil ao Povo"*⁴². Três anos depois os cargos de Juiz do Povo e Mesteres eram extintos na cidade por solicitação dos vereadores, sob a acusação de que aqueles estariam provocando reações populares contra a Câmara e a Coroa. Perdendo seus privilégios e poder junto ao órgão público, as funções dos oficiais mecânicos se restringiram, a partir de então, a examinar, através do juiz do ofício, os candidatos a ingressarem na atividade, a avaliar as obras realizadas em comum acordo com a Câmara e a defender, quando necessário, alguns de seus interesses.

Para Maria Helena, dois fatores foram fundamentais para o enfraquecimento da organização das corporações em Salvador dentro dos moldes de Lisboa: a presença do escravo, que acabou por gerar uma diferenciação entre classes sociais, econômicas e profissionais, bem como seu emprego no exercício de ofícios mecânicos; e as restrições político-administrativas a que estavam sujeitas a Câmara de Salvador.

Em Minas Gerais a organização dos ofícios mecânicos deu-se de uma maneira ainda menos rígida e desvinculada das tradições portuguesas. Na Capitania mineira não houve sequer uma tentativa em se formar associações corporativas que envolvessem os ofícios mecânicos. Este fato atendia aos interesses tanto dos próprios oficiais, que preferiam realizar seu trabalho de maneira mais livre, sem normas e restrições a que estariam sujeitos perante a corporação; quanto do Governo, que via o agrupamento e fortalecimento daquela como uma ameaça de contestação ao domínio político exercido. Para a Coroa, quanto menos formassem um grupo coeso, maior a facilidade de controle social.⁴³

⁴² Idem. p. 11.

⁴³ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder, Innandades leigas e política colonizadom em Minas Gerais*- São Paulo: Ática, 1986.

Na falta da corporação, a regulamentação e controle das atividades artesanais em Minas ficaram sob a responsabilidade direta das Câmaras municipais. Entretanto, mesmo assim foram poucos os artífices que se subordinaram às regulamentações impostas pela Câmara, principalmente em relação à prestação de exames de habilitação ou à obtenção de licença para o exercício profissional. Dessa forma, o exercício das artes e ofícios mecânicos em Minas Gerais no século XVIII se caracterizou por uma relativa liberdade, provocando, como consequência, uma produção peculiarmente criativa e uma ampla inserção de negros e mulatos, libertos ou não, no rol da produção.

Na concepção de Caio César Boschi,

*"várias razões concorreram para a inconsistência ou mesmo inexistência dessas instituições do lado de cá do Atlântico. Em primeiro lugar, porque, no mundo do trabalho, como se não bastasse a Colônia apresentar uma composição social bastante distinta daquela encontrada e prevalente na Europa, a sua base estava assentada no **trabalho compulsório**"*⁴⁴.

Como complementa Gorender, *"a proibição de admissão de cativos à habilitação gremial tinha de ficar no papel, pois nenhum artífice português se privaria de viver à custa de escravos aos quais ensinaria seu ofício"*⁴⁵.

⁴⁴ BOSCHI, Caio César. *O Barroco Mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 69. O grifo é meu.

⁴⁵ GORKENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1988. p. 452.

4 - VILA RICA E MARIANA NO SÉCULO XVIII

4.1 As artes e ofícios no contexto escravista minerador

Um fato marcante da descoberta dos depósitos auríferos no território mineiro em fins do século XVII foi o relevante grau de urbanização atingido por alguns de seus povoados, caracterizando toda a Capitania como um contexto singular no âmbito da história colonial brasileira.

O caráter citadino experimentado principalmente por Vila Rica e a antiga Vila do Ribeirão do Carmo _que em 1745 é elevada à condição de cidade, sob a denominação de Mariana_ ganhou ênfase a partir de dois processos: o rápido povoamento e a diversificação econômica. A escolha da primeira vila como sede da máquina administrativa, e da segunda como abrigo à implantação eclesiástica tornaram esses dois cenários representativos do poder temporal e espiritual pólos movimentados e dinâmicos.

Apesar destes aglomerados terem na exploração aurífera a causa de seu caráter urbano, foi na organização de outros setores econômicos que eles encontraram seu desenvolvimento e consolidação. O incremento do comércio, da vida administrativa, artística, cultural e religiosa tornou viva a dinâmica urbana desses núcleos principalmente na fase de decadência do ouro iniciada antes mesmo da segunda metade do século XVIII.

Como nos demais espaços coloniais, tais núcleos tiveram sua economia assentada na força de trabalho escrava, o que em termos sociais permite, a princípio, a configuração de dois extremos: os senhores e os escravos. O que acontece nas Minas Gerais, entretanto, é que a diversificação econômica provocou a alocação, no interior do

corpo social, de grupos intermediários formados, além dos mineradores, por comerciantes, agricultores, funcionários régios, militares e oficiais mecânicos. Como informa José Ferreira Garraio, em dados compilados dos Livros de Devassas da região aurífera, a sociedade mineira, no limiar da década de 30 do século XVIII, apresentava o seguinte cenário a partir das categorias ocupacionais:

*“a dos agricultores (...) subdividida entre os "que vivem de suas roças" e os "que vivem de seu engenho"; a dos artesãos, geralmente estabelecidos nos povoados, gente branca ou já mulata; (...) a dos comerciantes, isto é . os "que vivem de sua agência, os "que vivem de seu negócio", igualmente constituídos de uma grande maioria de gente citadina; a dos mineradores, isto é, os "que vivem de suas fazendas", donos de suas "fábricas" de ouro, e os profissionais da mineração, talvez feitores, prepostos, contratados, os assalariados, os "que vivem de minar"; o ainda pequeno grupo dos mineradores-agricultores. isto é. daqueles "que vivem de suas lavras e roças; os oficiais, geralmente funcionários régios, militares ou titulares; e, finalmente, os que hoje chamaríamos de profissionais liberais, integrados por padres e recolhidas (do Recolhimento de Macaúbas), cirurgiões, músicos e professores”.*⁴⁶

Um grande percentual do contingente de imigrantes que vieram a povoar a região mineira no século XVIII encontrou no exercício das artes e ofícios mecânicos seu modo de sobrevivência. Compostas certamente por pessoas das baixas camadas sociais da sociedade portuguesa ou da própria colônia é possível que esse contingente de artesãos tenha migrado à região, a princípio, em busca da atividade mineratória. O ouro produziu uma grande desilusão àqueles sem cabedal que vieram pensando numa ampla perspectiva de fácil e rápido enriquecimento. De início, a extração do ouro de aluvião, extraível sem a necessidade de grande empreendimento humano e financeiro, talvez possa ter criado uma chance a estes homens de poucos recursos; entretanto, os processos de extração posteriores, vinculados a outro tipo de reserva aurífera, foram estreitando

46 CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: USP. 1968. p. 6. O grifo é meu.

cada vez mais o rol de mineradores que realmente conseguiram obter uma riqueza através desta atividade.

Dessa forma, o desenvolvimento das artes e ofícios era um setor que abria grande possibilidade de sobrevivência, principalmente em Vila Rica e Mariana, onde

“o caráter citadino da urbe refletia-se, particularmente, na presença altamente significativa das atividades vinculadas aos setores secundário e terciário, ressaltando daquele, o grande peso relativo e amplo espectro coberto pelas ocupações artesanais”⁴⁷.

Através do trabalho realizado por Carmem Lemos⁴⁸, baseado em devassas da Comarca de Vila Rica entre 1750 e 1808, é possível delimitar um pequeno panorama social da camada de artesãos que trabalharam nas Minas. O exame das listas de testemunhas arroladas nos processos e anexadas pela autora permite extrair alguns dados. No período de 1750 a 1795, foi citado um total de 1.663 testemunhas, dentre as quais 445 desempenhava uma profissão mecânica⁴⁹. A situação verificada quanto à condição social e à cor dos oficiais é a seguinte:

⁴⁷ LUNA, Francisco Vidal & COSTA. Iraci del Nero da. *Sinopse de alguns trabalhos de demografia histórica referentes a Minas Gerais*. IIIº Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Vitória, ES. out/1992. p. 56

⁴⁸ LEMOS. Carmem Silvia. *A justiça local: os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Belo Horizonte: UFMG/ FAFICH, Departamento de Historia. 2003. (Dissertação de Mestrado).

⁴⁹ A relação não inclui todos os ofícios citados, mas a maioria deles: carpinteiro, pedreiro, pintor, barbeiro, alfaiate, sapateiro, ferreiro, serrador e marceneiro.

GRÁFICO I*

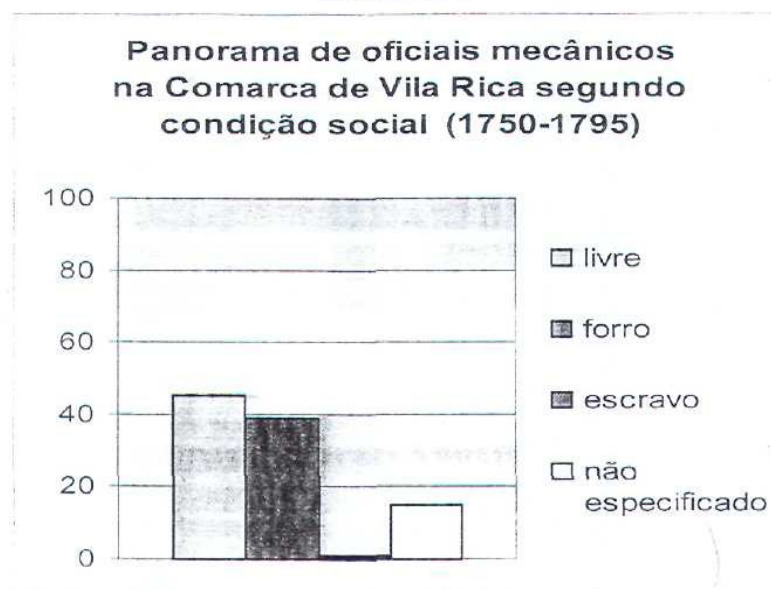
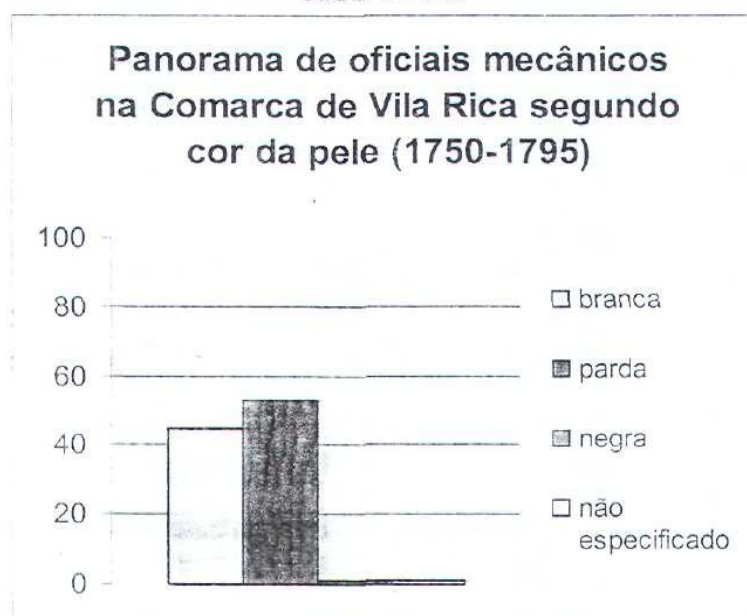


GRÁFICO II*



FONTE: LEMOS, Carmem Sílvia. *Op. cit.* Listas de testemunhas das devassas. Anexo II

Do total de testemunhas em que foram declaradas a condição social e a cor. tem-se, para a primeira situação, um percentual aproximado de 45% de livres. 39% de forros e menos de 1% de cativos; e para a segunda, 45% de oficiais brancos. 53% de pardos e menos de 1% de negros. Do montante não especificado, formou-se um percentual de quase 15% em relação à condição social e menos de 1% em relação à cor dos oficiais.

Embora esses dados demonstrem uma pequena amostra do amplo universo ocupacional presente na Comarca de Vila Rica, é inevitável deixar de considerar, através deles, primeiramente que a camada de artífices e artesãos apoderava-se de uma significativa parcela no conjunto das categorias ocupacionais; e, em segundo que uma grande porcentagem dessa parcela era composta por pessoas na condição de forros, o que os remete à anterior condição de cativos _ fato que será discutido posteriormente.

No âmbito das profissões manuais não se pode afirmar com precisão se havia uma discriminação social no interior da própria categoria, mas é interessante notar que o ofício de alfaiate era desempenhado em sua maioria por pessoas de raça negra _predominantemente de cor parda___, enquanto o ofício de sapateiro tinha na camada livre branca os seus maiores representantes, sendo exercido, inclusive por pessoas que detinham também a função de alferes ou capitão.

Por outro lado, enfrentando ou não a discriminação dos próprios congêneres, frente à sociedade, certamente nenhum deles gozava de considerável prestígio. A aversão ao trabalho manual, marcante na sociedade portuguesa típica de Antigo Regime, encontrou respaldo também na Colônia. Essa condição frente às profissões mecânicas remonta à Antiguidade, quando o trabalho manual era uma tarefa a ser desempenhada por escravos e embora na Idade Média, a atividade mecânica tenha

passado a ser desenvolvida por trabalhadores livres, isso não serviu para mudar o estatuto do profissional dedicado aos ofícios mecânicos que continuou sendo considerado socialmente inferior. Com o advento do Antigo Regime, com sua rígida e hierárquica divisão social do trabalho, ficou ainda mais clara qual a posição que o trabalhador manual deveria ocupar na escala social.

O trabalho manual era uma tarefa indigna às pessoas das camadas sociais mais elevadas que, quando muito, se dedicavam somente às atividades intelectuais, denominadas artes liberais que, segundo Bluteau, eram, no início do século XVIII, em número de sete: Gramática, Retórica, Lógica, Aritmética, Música, Arquitetura e Astrologia.⁵⁰ Em Minas Gerais, entretanto, pelo menos no século XVIII, isso não se constituiu como regra, já que os profissionais dedicados à música não tinham nenhuma diferenciação entre os oficiais mecânicos. Como afirma João Camilo Torres, *"em Minas sobreviviam restos da organização social da Idade Média _as artes mecânicas e a música faziam parte do conjunto de ofícios próprios das pessoas do povo"*⁵¹.

De acordo com o mesmo autor, uma representação do Governo da Capitania mineira determinava, em maio de 1746, à Câmara de Mariana que *"a ocupação de capitão-mor se não deve conferir aos artífices, quais são os cirurgiões"*. O documento ainda requeria que fossem tomadas providências no sentido de evitar que o cirurgião José de S. Boaventura Vieira se intitulasse capitão-mor, *"visto ser indecente conferir-se tais postos a artífices"*⁵².

⁵⁰ BONNET. Maria Cristina Leão. *Op. cit.*, p. 44.

⁵¹ TORRES. João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 3ª ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980. vol. 1, p. 585. 52

⁵² BARBOSA, Waldemar de Almeida. História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. v.2 { Formação Histórica), p.365.

Dessa forma, embora o exercício das artes e ofícios não conferisse prestígio ou status social aos seus profissionais, foi através dele que tais indivíduos conseguiram fugir à marginalidade social. A inserção ao universo dos ofícios mecânicos permitia, principalmente ao mulato, integrar-se ao sistema societário haja vista que na sociedade mineira, não se dedicar a uma ocupação imprimia à condição de vadio, uma classe altamente discriminada e controlada pelas autoridades civis.

Embora se vê em Minas o surgimento de uma diversificada camada livre dedicada principalmente às artes e ofícios mecânicos, o modo de ordenação das relações econômicas e sociais mineiras ainda estava fortemente fundado no direito de propriedade de um homem sobre outro. Assim, num contexto escravista, *tendo o negro como escravo e propriedade, o senhor não o isentou do aprendizado e da prática de certos ofícios*”⁵³.

⁵³ BOSCHI, Caio César. *O Barroco Mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense. 1988, p. 69.

4.2 - A camada artesã livre

No âmbito do exercício das profissões mecânicas em Minas Gerais no século XVIII, a camada artesã livre envolve tanto os trabalhadores de origem branca, quanto os de origem negra (incluindo os forros). Em Minas Gerais, como para toda a colônia, a camada branca possivelmente era composta por elementos provenientes da classe artesã portuguesa e a de cor formada, em sua maioria, por seus descendentes nascidos no Brasil.

Embora na documentação analisada conste apenas um testador de origem negra, é reconhecido o significativo percentual de mestiços (pardos e mulatos) envolvidos com a produção artística e artesanal mineira e sua descendência de reinóis artesãos. Nas devassas pesquisadas por Carrato na década de 30, as quais já foram mencionadas, a camada dos artífices, constituída em sua maioria por portugueses, era um dos grupos mais numerosos dos quais foram acusados de mancebia, fato explicado, segundo o autor, pela juventude dos artesãos e pela sua falta de recursos para contrair matrimônio.

Há um consenso de que os artesãos de origem portuguesa tenham provindo do norte de Portugal, principalmente da Província de Entre Douro e Minho. Segundo Eduardo Pires⁵⁴, a presença de um forte arcebispado nessa região o de Braga_, determinou o surgimento de uma ampla camada de artistas especializados na arte sacra. O número excessivo desses profissionais para a demanda da região teria determinado

⁵⁴ OLIVEIRA, Eduardo Pires de. Entre Douro e Minho e Minas Gerais no século XVIII; relações artísticas. In: *Labirintos e nós: imagem ibérica em letras da América*. -MARCONDES, Neide & BELLOTTO. Manoel (org.). São Paulo: UNESP, 1999.

uma forte migração de grande parte deles. As notícias da descoberta do ouro nas Gerais, possivelmente tenha sido um estímulo à vinda de muitos deles para a Capitania mineira.

João Camilo Torres informa sobre a presença destes oficiais na região das Minas desde antes da primeira década do setecentos quando discute a conformação social dos protagonistas da Guerra dos Emboabas, deflagrada pela rivalidade entre os bandeirantes, compostos por paulistas de vida guerreira e nômade e os emboabas, compostos por baianos, funcionários régios e, principalmente por reinóis citadinos, mais aptos à vida laboriosa e dedicados aos ofícios mecânicos e ao comércio.⁵⁵

Uma das características destes oficiais livres que viveram nas Minas foi o seu contínuo deslocamento espacial; era comum eles se dedicarem a mais de uma profissão e atuarem, simultaneamente, em mais de uma localidade.

Seja por questões econômicas__ para obter uma renda maior através do aluguel dos escravos ou pelo simples fato de não ter que dispor de certa quantia para pagar ajudantes livres_ ou por questões sociais, haja vista o preconceito que trabalhadores manuais enfrentavam perante a sociedade, o fato é que muitos destes oficiais livres ajudavam a compor a ampla base social de proprietários de escravos. A maioria deles era possuidora de escravos, numa média entre 5 a 10 escravos por proprietário. Muitos deles, entretanto, certamente os de maior cabedal e que deveriam ter uma outra fonte de renda, atuavam mais como "*empresários*" do que como oficiais. Nos inventários pesquisados, figuravam senhores possuidores de mais de 30 escravos, dentre os quais boa parte estava vinculada ao exercício de ofícios mecânicos diversos; certamente estes escravos foram adquiridos no intuito de serem destinados à locação.

—————A implicação social da aquisição de um escravo por um artesão, é que numa sociedade eivada de preconceitos quanto ao trabalho manual e direcionada por uma ideologia escravista, grande parcela dos profissionais mecânicos, inclusive os forros, talvez pensasse em adquirir um escravo a fim de obter uma condição social menos humilhante. Uma situação descrita por Saint Hilaire e que embora observada no Tejuco, não se distancia da realidade de Vila Rica e Mariana, bem como para toda a Capitania mineira, é que

*“a primeira coisa que seduz um operário em Tejuco quando ele consegue economizar algum dinheiro, é arranjar um escravo; e tal é o sentido de vergonha dado a certos trabalhos que, para pintar a pobreza de um homem livre, diz-se que ele não dispõe de ninguém para ir buscar-lhe um balde d'agua ou um feixe de lenha”*⁵⁶.

Uma forma que estes oficiais poderiam encontrar para obter algum tipo de prestígio perante a sociedade pelo menos aqueles vinculados ao setor construtivo e, principalmente, ornamental era trabalhando na construção de templos religiosos, principalmente aos pertencentes às ordens terceiras. Com a proibição da instalação das ordens regulares na Capitania de Minas Gerais, a vida religiosa ficou sob a responsabilidade de irmandades, confrarias e ordens terceiras, constituídas por leigos.

Ficaram a cargo delas, além da função religiosa e social, a construção de seus templos. A disputa que se formou entre essas instituições pelo status social, concretizada principalmente na ornamentação dos templos, seus confrades geralmente contratavam os artífices e artistas mais renomados da região. Certamente, seu bom desempenho profissional e o fato de transitar em um universo vinculado a pessoas de grande prestígio social, poderiam imprimir-lhe certo prestígio

⁵⁶ SAINT-HILAIRE. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes*. Citado por GORENDER, Jacob. *O*

Pelo visto, havia duas formas destes oficiais atingirem seu objetivo de ingressarem nas Ordens terceiras, a procura de um status social: ou se vinculando como confrade, o que seria muito difícil já que estas eram compostas pelas altas camadas sociais e extremamente excludentes; ou trabalhando para uma delas, criando assim uma ligação mais estreita, ou um crédito financeiro com a mesma que acabaria por aceitá-lo como membro em troca da amortização da dívida. Nos inventários pesquisados, houve oficiais que figuravam como irmãos em ordens terceiras, mesmo não demonstrando possuir bens significativos.

Tudo indica, pelos testamentos e inventários pesquisados, que os artistas e artesãos coloniais mineiros não enriqueceram com o desempenho do ofício. Como nos informa Boschi, *"nem todos receberam dinheiro vivo pelos seus serviços: houve aqueles que trabalharam em troca de alimentação, hospedagem e, em certas conjunturas, de modesto pro labore"*⁵⁷. Pode-se dizer que a maioria adquiria simplesmente o mínimo para sobreviver, de modo a levar uma vida menos marginalizada.

⁵⁷ BOSCHI, Caio César. *Op. Cit.* p. 42.

5- ARTES, OFÍCIOS E ESCRAVIDÃO

5.1 - População escrava nas Minas no século XVIII

A exploração aurífera, como já discutido, foi acompanhada, em Minas Gerais, de um rápido processo de urbanização, uma diversificação econômica e a utilização de um grande contingente de escravos. Tão grande foi a demanda de cativos que a Capitania, certamente, foi uma das responsáveis pelo revigoração do tráfico internacional que, segundo estimativas de Conrad ⁵⁸, teria alcançado seu ápice no século XVIII. As altas taxas de importação de escravos para as Minas não estão relacionadas apenas aos períodos em que a atividade mineratória esteve em seu auge; elas permanecem por todo o período do setecentos, vindo a sofrer uma ligeira queda no final daquele século e um refluxo acentuado apenas por volta do último quartel do século seguinte.

No rol dos núcleos mineiros, Vila Rica e Mariana _termos integrantes da Comarca de Vila Rica_ figuraram, desde o início da ocupação do território mineiro, como os maiores destinatários dos milhões de africanos desembarcados nos portos da Colônia, principalmente no Porto do Rio de Janeiro. Relacionando os dados gerais sobre o contingente de cativos estimados para toda a Minas Gerais no decorrer do século XVIII e os dados disponíveis para o número deles nos dois núcleos, pode-se perceber que os dois termos, juntos, participaram com quase (ou mais de) 50% na absorção dessa massa trabalhadora destinada à Capitania.

⁵⁸ CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. Citado por MARTINS, Roberto Borges. “Minas Gerais, século XIX: Tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora”. *Estudos Econômicos*, 13:1, 1983.

TABELA 1 – POPULAÇÃO ESCRAVA EM MINAS GERAIS . EM VILA RICA E MARIANA - SÉCULO XVIII

ANO	MINAS GERAIS	VILA RICA	MARIANA	TOTAL (VILA RICA E MARIANA)	TOTAL (%)
1718/19	34.475	7.708	10.937	18.645	54,08
1735	96.541	20.863	20.892	41.755	43,25*
1738	101.607	21.012	26.532	47.428	46,67
1742	94.128	21.492	25.491	46.982	49,91
1749	88.286	18.739	20.539	39.278	44,48

FONTES: GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas Colonial e Provincial*. GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Sinopse de alguns trabalhos de demografia histórica referentes a Minas Gerais*. PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais no século XVIII: estratégias de resistência através de testamentos*.

Diante da crescente demanda de escravos para os dois núcleos, bem como para toda a Capitania, é difícil crer que a crise no setor minerador tenha provocado uma situação de profunda depressão ou estagnação econômica a ponto de gerar uma grande exportação inter-regional desses escravos ou uma prática desregrada de alforrias por parte de mineradores falidos.⁵⁹ Certamente que, a decadência da mineração, iniciada por volta de fins da segunda metade do século XVIII, tenha arrefecido o fervor econômico de alguns núcleos mineradores ou tenha, de maneira estritamente localizada, provocado uma forte queda em núcleos que tinham sua economia quase que exclusivamente baseada na exploração aurífera. Mas num quadro geral, a diversificação econômica, característica de toda a região, possibilitou uma (re)alocação da população mancipia em outras atividades.

* Para os anos de 1735 a 1749 (exceto 1742) os dados estão subestimados, já que foram contados apenas os escravos inscritos na capitação no 1º semestre de cada ano; portanto, certamente os dois núcleos referidos absorviam mais de 50% dos cativos destinados à Minas Gerais no século XVIII.

⁵⁹ Esta proposição tem em Wilson Cano um dos seus principais defensores.

Dessa forma, até fins do século XVIII a população cativa constituiu a camada mais populosa na composição dos habitantes de Minas Gerais face à população livre (incluindo libertos), vindo a sofrer uma ligeira queda somente por volta de fins da década de oitenta, conforme demonstram as estimativas de 1742 e os dados baseados nos censos de 1776 e 1786.

TABELA 2 _ POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS - SÉCULO XVIII

ANO	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	PORCENTAGEM (ESCRAVOS)
1742	174.128	80.000	94.128	54%
1776	319.769	156.529	163.240	51%
1786*	362.847	188.712	174.135	48%

FONTE: GORENDER, 1980. Citado por GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas Colonial e Provincial*. P. 185

* Segundo estimativas de ESCHWEGE, em 1786 a população mineira era composta por 116.349 livres e 196.498 escravos, o que dava um percentual de 54,15% destes últimos sobre a população total que era de 362.847 habitantes ____ o mesmo estimado por Gorender.

5.2 - A mão-de-obra escrava especializada

Em Minas Gerais a decadência da produção aurífera não foi motivo para que a Capitania perdesse sua condição de mantenedora do maior conjunto econômico da Colônia. Diante de uma economia tão diversificada como a constante nas Minas do século XVIII, não foi difícil, principalmente para os mineradores falidos, arranjar uma forma de empregar os escravos em outros setores ocupacionais.

Diante de um eminente caráter citadino, se as atividades comerciais e agropastoris se caracterizavam como essenciais ao suprimento da população, o era igualmente necessário o setor de prestação de serviços e, principalmente, aqueles ligados ao setor de vestuário e calçado e ao direcionado ao setor construtivo.

Desenvolvido no contexto onde predomina uma forte relação de produção escravista, todo o amplo e dinâmico universo econômico que se formou nas Gerais direcionou a inserção do escravo em cada um dos setores ocupacionais para os quais se exigia o trabalho manual.

A produção artística e artesanal nas Minas ficou a cargo não só dos homens livres pobres como também dos escravos, que parecem ter sido aceitos de uma maneira mais flexível do que em algumas partes coloniais. Em Salvador, por exemplo, de acordo com Maria Helena Flexor⁶⁰ no século XVIII, os escravos eram proibidos de obterem o título de oficial e, muito menos prestar exame para obter cartas de licenças para trabalhar.

⁶⁰ FLEXOR, Maria Helena M.O. *Op. cit.*

Em Minas havia uma situação contrária, na qual escravos pediam carta de licença e figuravam como oficiais. Em alguns registros de licença expedidos pela Câmara de Mariana entre os anos de 1737 a 1796, foram encontradas indicações de escravos que requereram junto àquele órgão a licença para desenvolver um ofício, em especial de ferrador e alfaiate.

Nos testamentos e inventários de oficiais mecânicos foi arrolado um número significativo de escravos que, segundo a documentação, recebiam a titulação de oficial. Sobressai a dúvida, porém, se esta era uma forma do proprietário tentar supervalorizar o escravo como mercadoria ou se realmente era comum que um cativo recebesse esse tipo de titulação auferida também por um homem livre e, principalmente, de origem branca.

De qualquer forma não resta dúvida que um escravo que detinha uma qualificação profissional era mais valorizado, não só em termos econômicos, mas também sociais, em vista à um escravo que não possuía uma especialização, sem falar na possibilidade de obter meios para conquistar sua alforria.

O preço de um escravo dependia de fatores como idade, sexo, condições físicas, qualificação profissional e conjuntura econômica; os de idade considerada produtiva que ficavam entre 15 e 45 anos recebiam as cotações mais elevadas. Nas Minas na primeira metade do século XVIII, enquanto o preço médio de um escravo sem especialização e em idade produtiva atingia, no máximo, o valor de 170 mil réis⁶¹, o preço de um escravo oficial oscilava entre 153 e 360 mil réis, dependendo do tipo e do grau de especialização se aprendiz ou oficial (conforme tabela 3).

⁶¹ A estimativa é de Lima, Danielle Mônica. A produção social da desigualdade: hierarquia social e estratégia de classe na formação da sociedade mineira.- Mariana 1701-1750. Mariana: ICHS/UFOP. 2003. Bacharelado em História.

**TABELA 3 – PREÇO MÉDIO DE ESCRAVOS OFICIAIS NAS MINAS
SETECENTISTAS**

ANO	QUALIDADE	ORIGEM/ NAÇÃO	IDADE	OFÍCIO	CONDIÇÃO	VALOR (em réis)
1742	mulato	Rio de Janeiro	39	carpinteiro	oficial	360\$000
	mulato	Bahia	45	carapina	oficial	240\$000
	mulato	Angola	32	alfaiate	oficial	307\$200
	Mulato	Rio de Janeiro	30	carapina	aprendiz	283\$200
	Mulato	Minas	28	carapina	aprendiz	252\$000
	Mulato	Minas	20	carpinteiro	oficial	Não consta
	mulato	-	16	ferreiro	aprendiz	153\$600
	mulato	Nação Mina	40	fazer telha	oficial	180\$000
	Mulato	Bahia	30	talhar madeira	oficial	200\$000
1769	Molato	-	28	serrador	oficial	200\$000
1786	Crioulo	-	40	sapateiro	oficial	120\$000
1787	Crioulo	-	20	barbeiro	oficial	100\$000
1788	-	Angola	20	barbeiro	aprendiz	130\$000
1789		Benguela	50	pedreiro	oficial	120\$000
1791	-	Angola	35	carpinteiro	oficial	180\$000
	-	Angola	30	carpinteiro	aprendiz	120\$000
	crioulo	-	-	carpinteiro	oficial	Não consta
1793	-	Congo	-	pedreiro	oficial	Não consta
1799	-	-	"moleque"	carpinteiro	oficial	200\$000
	-	-	-	enxó	oficial	100\$000
1803	-	Banguela	42	carapina	oficial	130\$000
	crioulo	-	30	tropeiro	oficial	110\$000
1808	crioulo	-	-	alfaiate	oficial	250\$000
1810	Pardo	-	24	ped./carp.	oficial	220\$000
	Pardo	-	28	pedreiro	oficial	240\$000
	-	Mussumbe	30	pedreiro	oficial	210\$000
	-	Congo	30	pedreiro	oficial	230\$000
	-	Banguela	60	pedreiro	oficial	40\$000

FONTE: ACSM/ AHCP: *Testamentos e inventários pós-mortem*. (1740-1810).

Na composição dos escravos oficiais concorriam tanto africanos quanto crioulos, e tanto negros quanto mestiços, portanto não é certo se havia preferência por alguma tribo africana ou se os mulatos e crioulos fossem preferíveis aos africanos. Na verdade a especialização do escravo dependia, em grande parte, da vontade ou da necessidade do senhor em mandar alguém lhe ensinar ou ensina-lo algum ofício.

5.3 - A relação entre senhores e seus escravos especializados

A difusão da propriedade escrava em Minas determinou o surgimento de uma ampla base social possuidora de cativos. A maioria dos senhores de escravos engrossavam a lista de pequenos proprietários.⁶²

Parte significativa dos proprietários de escravos artesãos era constituída por homens pobres brancos, negros e mestiços livres ou forros, o que facilitou uma relação mais estreita entre estes últimos e seus cativos. Como sugere França, *"isto acarretou a divisão de um mesmo espaço de habitação, de trabalhos manuais, da comida e. até mesmo, de intimidades entre possuidores e possuídos"*⁶³. Embora a maior proximidade entre as partes possa ter contribuído para a conformação de cumplicidades cotidianas, esse fato não deve mascarar a realidade da relação entre a parte possuidora e seus possuídos.

O escravo artesão constituía, antes de tudo, um bem para seu senhor, e como tal era utilizado como instrumento de produção e fonte de lucro, por isso, muitas vezes era tratado como uma simples mercadoria e, raramente sua individualidade era respeitada.

Pela documentação mostrou-se mais comum o escravo artesão ser utilizado como fonte de lucro, ou seja, com vistas ao aluguel, do que como um instrumento de auxílio de seus senhores nos seus próprios trabalhos. Na tabela 4. pelo esboço da profissão exercida pelos proprietários e do ofício no qual o escravo era empregado, pode-se notar que muitos dos escravos exerciam uma função bem diferente daquelas desempenhadas por seus senhores.

⁶² De acordo com a classificação estabelecida por Gorender, os pequenos proprietários são aqueles possuidores de 1 a 9 cativos: GORENDER, Jacob. *Op. cit.* p. 433. -

⁶³ PAIVA, Eduardo França. *Op. cit.* p. 80.

TABELA 4 - RELAÇÃO DO OFÍCIO DE SENHORES E SEUS ESCRAVOS

ANO	OFÍCIO DOS PROPRIETÁRIOS	OFÍCIO DOS ESCRAVOS	NÚMERO ESCRAVOS
1742	carpinteiro/ pedreiro	carpinteiro	02
		carapina	03
		alfaiate	01
		ferreiro	01
1769	pedreiro	serrador	01
1786	sapateiro	idem	01
1787	carapina	barbeiro	01
		mineiro	02
1788	alfaiate	barbeiro	01
1789	pedreiro	idem	01
1791	carpinteiro	idem	01
	Carpinteiro/ entalhador	carpinteiro	01
		carapina	01
1793	pedreiro	idem	01
1796	pedreiro/ carapina	idem	01
1798	carpinteiro	idem	02
1799	carpinteiro	carpinteiro	01
		enxó*	01
1803	pedreiro/ agricultor	tropeiro	01
		carapina	01
1808	"dono de terras minerais"	alfaiate	01
1810	pedreiro	pedreiro/ carpinteiro	01
		pedreiro	04

FONTE: ACSM/ AHCP: *Testamentos e inventários pós-morte*. (1740-1810).

* Enxó: tipo de ferramenta utilizada para talhar madeiras, que pode se destinar à construção de embarcações.

Outras vezes, mesmo desenvolvendo o mesmo ofício, um senhor possuidor de mais de 3 escravos, por exemplo, poderia utilizar uma parcela para seu auxílio e outra para trabalhar a jornal, como parece ter sido o caso de José Barbosa de Oliveira, oficial de pedreiro, senhor de 5 escravos de mesmo ofício, em cujo testamento mencionava como dívida de seu escravo João Batista, *"seis dias de jornaes (...) que importa na quantia de meia oitava de ouro que a dinheiro são seiscentos réis"*⁶⁴, ou ainda dívidas devidas pelo Capitão José da Silva Amonm pelos jornais exercidos por dois de seus escravos.

⁶⁴AHCP _ códice 19/ 198/ Cartório do 2º Ofício; Testamento e inventário de José Barbosa de Oliveira _ Vila Rica/ 1810

5.4 - A chance da liberdade

À Capitania de Minas Gerais abrigou não só o maior conjunto mancipio como também a maior população forra da Colônia. Este segmento assumia, no conjunto da população, a posição de segundo grupo mais numeroso, ficando abaixo apenas da população cativa. Os altos índices de manumissões da Capitania são relacionados, pela historiografia, a diversos fatores que decorrem desde a um caráter mais aberto e supostamente democrático da sociedade mineira; à uma conjuntura econômica desfavorável, ligada à crise do setor minerador; e, por fim, às análises da grande diversificação econômica da região, que teria propiciado ao cativo uma maior possibilidade de formação de pecúlio.⁶⁵

A última proposição me parece mais adequada às análises realizadas neste estudo, não excluindo, porém, a questão da crise no setor minerador; afinal uma proposição não elimina a outra, antes, elas se completam e, muitas vezes, se inter-relacionam.

O grande percentual de forros empregado nos ofícios mecânicos em Minas (ver gráfico I) leva à proposição de que uma grande parcela possa ter conquistado sua liberdade através do desempenho do ofício, o que nos remete à consideração de que era grande o conjunto mancipio empregado nos ofícios mecânicos. Como já foi explícito, um escravo especializado, além de ter uma maior convivência com seus senhores e de, muitas vezes, adquirir laços mais estreitos com estes, detinha também maiores

⁶⁵ Para a primeira vertente ver LUNA & COSTA. 1982; para a segunda: CANO. 1977 e SOUZA. 1986; e para a terceira: FRANÇA, 2000.

possibilidades de juntar pecúlio para a compra de sua carta de alforria.

Na relação observada através da documentação, dos escravos oficiais que conseguiram a manumissão, grande parte o fez através do coartamento, ou seja, através de sua compra em parcelas e num período determinado.

TABELA 5- ALFORRIAS E COARTAÇÕES DE ESCRAVOS ARTESÃOS

ANO	ALFORRIA		COARTAMENTO	
	Condicional	Incondicional	Valor	Prazo
1742			300\$000	Não consta
1791	Prestação de serviço			
1793			120\$000	5 anos
			76\$000	5 anos
			24\$000	5 anos
			96\$000	5 anos
1793		Por bons serviços prestados		
		Não declara o motivo		
1799			120\$000	Não consta
			100\$000	Não consta
1808			250\$000	5 anos

FONTE: ACSM/ AHCP: *Testamentos e inventários pós-morte*, (1740-1810).

A maior incidência de coartações talvez esteja ligada, como presume Eduardo França, ao fato dos proprietários destes cativos, em sua maioria, serem formados por pessoas menos abastadas que estariam *"utilizando-se do recurso para, também, aumentar seus rendimentos"*⁶⁶. Tal fato é um demonstrativo também de que a diversificação econômica possa ter aberto, nas Minas setecentista, melhores condições e oportunidades ao cativo em formar algum pecúlio para obter sua alforria.

⁶⁶PAIVA, Eduardo França. *Op. cit.* p. 89

6 - CONCLUSÃO

O estudo das relações escravistas em uma sociedade notabilizada por um suposto caráter democrático é indubitavelmente muito instigante.

As feições democráticas atribuídas à sociedade mineradora fizeram com que Minas Gerais assumisse uma posição de singularidade nos moldes do escravismo colonial brasileiro.

Essa assertiva está associada às altas taxas de manumissões estimadas para a Capitania que, por sua vez, relacionam-se às melhores condições propiciadas ao escravo pelo ambiente urbano.

Poder-se-ia dizer que as condições vivenciadas por um cativo num contexto urbano são diferentes, mas não melhores; principalmente se tomarmos como base uma região onde a fome pelo ouro pode ter levado à exploração do escravo ao seu mais alto grau.

Os variados setores inerentes à vida urbana criaram diversas oportunidades não necessariamente ao escravo, mas ao emprego de sua mão-de-obra; afinal, empregar-se nesta ou naquela atividade não partia da vontade do escravo e sim do seu senhor que o destinava à uma especialização não por benevolência, mas para utilizá-lo como instrumento de lucro.

Embora a situações observadas diante da especialização do cativo em algum ofício possa não ter gerado uma condição totalmente desvantajosa para ele, já que assim poderia permanecer mais tempo longe do domínio de seu senhor, desenvolver meios para a formação do pecúlio e adquirir uma forma de sobrevivência após uma possível liberdade, não se pode e, não se deve considerar esse fato como melhores condições de vida ou o gozo de maior liberdade.

É inegável que o ambiente urbano tenha determinado modificações nas relações escravistas face às que se desenvolveram no meio rural, entretanto não descaracterizou o escravismo em sua essência. Seja qual tenha sido o ambiente : urbano ou rural ; o contexto : exportador ou minerador ; ou a atividade ocupacional desempenhada pelo cativo, a relação entre senhor e escravo permeou continuamente a condição possuidor x possuído ou, na visão do primeiro, pessoa x “coisa”, baseando-se sempre na extrema exploração do primeiro grupo sobre o segundo.

7 - ANEXO I

**LISTA DE ESCRAVOS ARROLADOS EM TESTAMENTOS E INVENTÁRIOS
DE OFICIAIS MECÂNICOS EM VILA RICA E MARIANA (1740-1810)**

ANO	ESCRAVO	QUAL/NAÇÃO	IDADE	OFÍCIO	VALOR (em réis)
1742	Miguel Ayres	mulato	39	carpinteiro	360\$000
	-	mulato	45	carapina	240\$000
	Anacleto	mulato	32	alfaiate	307\$200
	Francisco	Mulato	30	carapina	283\$200
	Antônio	Mulato	28	carapina	252\$000
	Francisco	Mulato	20	carpinteiro	Não consta
	Matias	mulato	16	ferreiro	153\$600
	Antônio	mulato	40	fazer telha	180\$000
	Antônio	Preto	26	-	140\$000
	Manuel	Preto	25	-	160\$000
	Antônio	Preto	33	-	165\$000
	Joam	Preto	35	-	170\$000
	Antônio	Preto	35	-	150\$000
	Vicente	Preto	32	-	180\$000
	Benedito	Preto	35	-	170\$000
	Garcia	Preto	35	-	100\$000
	Tereza	Mulata	14	-	160\$000
	Lourenço	Mulato	30	talhar madeira	200\$000
	Antônio	Preto	28	-	160\$000
	Antônio	Preto	24	-	120\$000
	Bernardo	Preto	40	-	90\$000
	Manoel	Preto	35	-	150\$000
	Antônio	crioulo	25	-	140\$000
1769	Manuel	Molato	28	serrador	200\$000
	José	Crioulo-	22	-	180\$000
	Anna	-	45	-	90\$000
	Miguel	-	30	-	190\$000
	Maria	-	20	-	120\$000
	José	-	45	-	120\$000
	Anna	Crioula	15	-	90\$000
	Maria	-	10	-	60\$000
	Francisco	-	25	-	150\$000
	Manoel	-	35	-	180\$000
	Manoel	-	-	-	130\$000
	Francisco	-	50	-	80\$000
	Manoel	-	25	-	100\$000
	Sebastião	-	40	-	80\$000
1784	Miguel	Angola	50	-	80\$000
	João	Angola	25	-	100\$000
	José	Angola	35	-	75\$000
1785	João	Angola	45	-	175\$000
	Antônio	Banguela	40	-	125\$000
	Felipe	Banguela	40	-	100\$000
	Francisco	Angola	48	-	65\$000
	Agostinho	Angola	60	-	30\$000

	Manoel	Angola	30	-	
	Gracia	Angola	25	-	275\$000
	Marcelino	Crioulo	18 meses	-	
	Anna	Crioulo	-	-	100\$000
	José	Crioulo	12	-	80\$000
	Fredenora	Mina	45	-	25\$000
	Maria	crioula	35	-	85\$000
1786	Ignácio	Crioulo	40	sapateiro	120\$000
	Pedro	Benguela	50	-	90\$000
	-	Benguela	40	-	100\$000
	João	Benguela	40	-	100\$000
	Maria	muna	-	-	24\$000
1787	João	Crioulo	20	barbeiro	100\$000
	Francisco	Angola	65	mineiro	30\$000
	Francisco	crioulo	19	mineiro	120\$000
1788	Miguel	Angola	20	barbeiro	130\$000
	João	nagô	32	-	150\$000
1789	Lucas	Benguela	50	pedreiro	120\$000
	Manoel	Benguela	40	-	110\$000
	Tomás	Angola	30	-	120\$000
	João	Benguela	25	-	90\$000
	Mathias	Angola	28	-	130\$000
	João	Mina	50	-	30\$000
	Miguel	cabinda	40	-	40\$000
1793	Francisco	Angola	-	-	120\$000
	Francisco	Angola	-	-	76\$000
	Sebastião	Angola	-	-	24\$000
	Joaquim	crioulo	-	-	96\$000
1791	José	Angola	35	carapina	180\$000
	José	Angola	30	carpinteiro	120\$000
	Joan	crioulo	-	carpinteiro	Não consta
1793	Matheus	Congo	-	pedreiro	Não consta
	Antônio	banguela	-	-	Não consta
1796	Domingos	Benguela	40	-	80\$000
	José	Benguela	30	-	110\$000
	Roque	Benguela	60	-	50\$000
	João	Rebolo	40	-	100\$000
	Joana	Benguela	30	-	90\$000
	Eva	Crioula	13	-	70\$000
	Rita	Crioula	12	-	50\$000
	José	Crioulo	09	-	40\$000
	Rosa	Crioula	05	-	40\$000
	Francisco	Crioulo	04	-	40\$000
	Manoel	crioulo	02	-	35\$000
1798	Francisco	Benguela	40	-	120\$000
	Manoel	benguela	50	-	100\$000
1799	Paulo	-	"moleque"	carpinteiro	200\$000
	Pedro	-	-	enxó	100\$000
1803	Silvério	Cabra	36	-	180\$000
	Felisberto	Cabra	25	-	200\$000
	Antônio	Crioulo	30	-	100\$000
	Joaquim	Cabra	40	-	100\$000
	Lucianna	Crioula	28	-	120\$000
	Maria	Crioula	08	-	80\$000
	Claudina	Crioula	03	-	50\$000
	Joana	Crioula	40	-	105\$000
	Romana	Crioula	04	-	60\$000
	Emerenciana	Crioula	07	-	70\$000

	Leonor	Crioula	12	-	100\$000
	Pedro	Congo	55	-	Sem valor
	José	Mina	45	-	100\$000
	João	Banguela	42	carapina	130\$000
	Fulgêncio	crioulo	23	-	140\$000
	Joaquim	banguela	60	-	10\$000
	Domingos	crioulo	31	-	120\$000
	André	banguela	50	-	70\$000
	Bento	crioulo	60	-	12\$000
	Manoel	crioulo	32	-	130\$000
	Clemente	Banguela	70	-	12\$000
	João	Rebolo	20	-	180\$000
	Maria	Manjolo	50	-	70\$000
	Paula	crioula	36	-	130\$000
	Luciano	crioulo	05	-	70\$000
	Joaquina	crioula	20	-	135\$000
	Maria	crioula	16	-	95\$000
	Sebastião	Banguela	45	-	70\$000
	Pedro	Crioulo	26	-	180\$000
	Domingos	crioulo	30	tropeiro	110\$000
1808	-	Mina	50	-	80\$000
	Antônio	Congo	35	-	120\$000
	Francisco	Crioulo	35	-	120\$000
	Valentim	Crioulo	34	-	140\$000
	Martinho	Cabra	20	-	130\$000
	Ângelo	Crioulo	18	-	130\$000
	Caetano	Crioulo	10	-	90\$000
	Patricio	Angola	30	-	130\$000
	Antônio	Angola	16	-	140\$000
	José	Angola	35	-	140\$000
	João	Mina	64	-	70\$000
	Teodoro	Mina	38	-	110\$000
	José	Angola	40	-	110\$000
	Jacinto	Angola	38	-	140\$000
	Francisco	-	33	-	60\$000
	João	Angola	28	-	140\$000
	João	Angola	50	-	95\$000
	Pedro	Angola	49	-	100\$000
	Domingos	Angola	60	-	80\$000
	José	Rebolo	42	-	130\$000
	Francisco	Catanga	40	-	110\$000
	Miguel	Angola	40	-	130\$000
	Manoel	Pardo	40	-	110\$000
	Alixandre	crioulo	-	alfaiate	250\$000
1810	Costódio	Pardo	24	ped. carp.	220\$000
	João	Pardo	28	pedreiro	240\$000
	Manoel	Mussumbe	30	pedreiro	210\$000
	João	Congo	30	pedreiro	230\$000
	Roque	Banguela	60	pedreiro	40\$000

8 - BIBLIOGRAFIA

8.1. Livros citados e/ou consultados

ARAÚJO, Emanuel (org.). *A mão afro-brasileira; significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor. Um estudo da ascensão social*. São Paulo. 1955.

_____. *Cultura e situação racial no Brasil*, Rio de Janeiro, 1966.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente; estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. 3 vol.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Atica, 1986.

BOSCHI, Caio César. *O Barroco Mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BONNET, Maria Cristina Leão. *Pintores e entalhadores no Rio de Janeiro setecentista*. Ouro Preto: Instituto de Arte e Cultura, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade em Florianópolis*. São Paulo, 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional; o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo. 1962.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: USP, 1968.

CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1988.

COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, 1952. ESCHWEGE,

Guilherme, barão de _ *Pluto Brasiliensis*. trad. São Paulo, s.d. 2 vols.

FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1955.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, 2vols. São Paulo. 1964.

FLEXOR, Maria Helena M. O. *Oficiais mecânicos na cidade de Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1974.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e Provincial*. São Paulo: USP. 1999. (Dissertação, Doutorado em História Social).

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5ª ed. São Paulo: Atica, 1988. . *A*

_____. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática. 1990.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Arcádia, 1980.

GOULART, Maurício. *A escravidão no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Martins 3 949.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Metais e pedras preciosas". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1973. Vol II, t. 1.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, 1962.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

LEMONS, Carmem Silvia. *A justiça local: os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Belo Horizonte: UFMG/ FAFICH, Departamento de História, 2003. (Dissertação de Mestrado).

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE. 1982.

_____. *Sinopse de alguns trabalhos de demografia histórica referentes a Minas Gerais*. IIIº Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Vitória, ES, out/1992.

MARCONDES, Neide & BELLOTTO, Manoel (org.). *Labirintos e nós: imagem ibérica em terras da América*. São Paulo: UNESP. 1999.

- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial* (séculos XVI-XVIII). São Paulo: CEBRAP, 1974.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2000.
- RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, 1957.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes*, trad. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1998.
- SANTIAGO, Théo (org.). *América Colonial*. 2ª ed. São Paulo: Ícone, 1988.
- SERRÃO, Vítor. *O maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1988.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro; a pobreza mineira no século XVIII*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 3ª ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980. 3 vols.

8.2. Artigos citados e/ou consultados

- MARTINS, Roberto Borges. "Minas Gerais, século XIX: Tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora". *Estudos Econômicos*, 13:1, 1983.
- CAETANO, Marcello. "A história da organização dos mesteres na cidade de Lisboa". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1978. vol. 318, jan-mar.
- CANO, Wilson. "Economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII)". *Contexto*. São Paulo, nº 3, 1977.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. "Algumas perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX". *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: UFOP, 1988.

8.3. Dicionários

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices em Minas Gerais no século XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. 2 vols.

SILVA, Antônio Moraes e. *Diccionano da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typografia Lacérdina, 1813.

8.4. Fontes primárias

AHCMM: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

Registros de Cartas de Exame de Ofícios e Licenças _cód. 145/ 146. Anos: 1737-1796.

AHCSM: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

- Inventário de Antônio Nogueira Dias _ cód. 36/838/1º Ofício/ S "96
- Testamento do Alferes Antônio Nogueira de Carvalho _ cód. 40 912/1º Ofício/1793
- Testamento de Romão de Abreu _ cód. 138/2799/2º Ofício/1798
- Testamento e inventário de Antônio Coelho da Fonseca - cód. 09/342/1º Ofício/1742
- Testamento e inventário de Sebastião Martins da Costa __ cód. 89"1923/2º Ofício/1769
- Testamento e inventário de Manoel Fernandes _ cód. 34/804/ 2^c Ofício/1784
- Testamento e inventário de Bento Marinho de Araújo _ cód. 135 2824/1º Ofício/1785
- Testamento e inventário do Alferes Domingos da Cunha _ cód. 27/683/1º Ofício/ 1788
- Testamento e inventário de José Antônio de Brito __ cód. 149/3125 1º Ofício/ 1793
- Testamento e inventário de João de Caldas Bacelar _ cód. 92/1928/1º Ofício/1803
- Testamento e inventário do Capitão José Ribeiro de Carvalho __ cód. 53/1201/2º Ofício/1808

AHCP: Arquivo Histórico Casa do Pilar

- Inventário de Luís Pinheiro Lobo _ cód 33/371/2º Ofício/1791
- Testamento de Manoel Rodrigues Graça _ cód. 347/7230/1º Ofício/1791
- Testamento de Manoel Francisco de Araújo _ cód. 347/7237/1º Ofício/1799
- Testamento e inventário de Pedro Soares de Aimeida _ cód. 113 1445/1º Ofício/1786
- Testamento e inventário de José Carvalho Fontes _ cód. 323/6828/1º Ofício/1787
- Testamento e inventário de Teotônio José de Oliveira _ cód. 66. 730/2º Ofício/1789
- Testamento e inventário de José Barbosa de Oliveira _ cód. 19/198/2º Ofício/1810